

Parcela atrelada à taxa básica continua a crescer e vai a 56,6%

Luciana Otoni
de Brasília

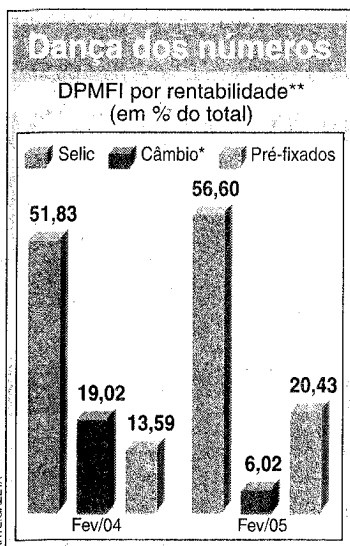
A dívida pública em títulos federais aumentou R\$ 18,69 bilhões de janeiro para fevereiro, elevando o estoque de R\$ 826,70 bilhões para R\$ 845,39 bilhões. Nos dois primeiros meses do ano, a alta chega a R\$ 35,13 bilhões. Considerando o período que começa em setembro do ano passado — quando o governo iniciou o novo processo de elevação da taxa básica de juros — e vai até fevereiro, o aumento foi de R\$ 74,09 bilhões. Com o acréscimo de 0,5 ponto percentual na Selic decretado ontem, projeta-se uma expansão de mais R\$ 2,39 bilhões na dívida pública. O cálculo leva em conta a taxa mantida em nível constante pelo período de 12 meses.

A ampliação em R\$ 74,09 bilhões no estoque da dívida entre setembro de 2004 e fevereiro de 2005 — quando os juros básicos passaram de 16% para 18,75% (até fevereiro) — implica impacto maior na parcela dos títulos corrigidos pela Selic (pós-fixados). Nessa parcela da dívida, o estoque cresceu de R\$ 408,80 bilhões (53% do total) para R\$ 478,47 bilhões (56,60% do total) em fevereiro. O coordenador-geral da Dívida Pública do Tesouro Nacional, Paulo Valle, explicou que o cálculo do crescimento dessa conta tem que considerar a alta da Selic, mas também as emissões líquidas de títulos corrigidos pela taxa básica feitas entre setembro e fevereiro.

No mês passado, o governo federal emitiu R\$ 30,33 bilhões em títulos federais e resgatou R\$ 28,331 bilhões. Dos R\$ 30,33 bilhões emitidos, R\$ 13,30 bilhões foram de papéis com remuneração prefixada. Essa maior colocação de prefixados obedece à estratégia do Tesouro de reduzir a dívida cambial (diminui a vulnerabilidade a choques externos) e ampliar os títulos com rentabilidade pré-definida (conferem maior previsibilidade da administração do passivo).

Os maiores resgates de dívida cambial também têm contribuído para a redução dos títulos vinculados ao dólar. Entre janeiro e o dia 9 de março o Banco Central resgatou US\$ 14,4 bilhões em dívidas cambiais, mais da metade dos US\$ 27,8 bilhões adquiridos em todo o ano passado.

Na comparação entre janeiro e fevereiro, a participação da parcela prefixada da dívida total passou de 18,71% para 20,43% (R\$ 172,75 bilhões); a dívida cambial baixou de 8,03% para 6,02% (R\$ 50,90



Fontes: Banco Central e Centro de Informações da Gazeta Mercantil. *Após swap **Inclui papéis indexados a títulos Selic, Câmbio, Pré-fixado, Índices de preços, TR e outros

bilhões); a parte corrigida pela Selic passou de 56% para 56,60% (R\$ 478,47 bilhões); a parcela vinculada a índice de preços passou de 14,56% para 14,30% (R\$ 120,90 bilhões).

Curto prazo

Um dos aspectos que chamam a atenção é o alto valor da dívida de curto prazo: R\$ 365,30 bilhões. Como forma de reduzir o estoque a vencer em 12 meses, uma das medidas é alongar o prazo dos títulos prefixados. Em fevereiro, o Tesouro Nacional lançou o título pós-fixado NTN-F com vencimento em 2010. Paulo Valle informou que esse é o primeiro papel prefixado de mais longo prazo e que a aceitação por parte do mercado — foram vendidos R\$ 363,5 milhões em fevereiro — indica maior confiança na economia do País.

Outra explicação é que a captação do governo federal feita no exterior aumentou o apetite dos investidores estrangeiros por papéis brasileiros de perfil mais longo. Os maiores compradores da NTN-F foram bancos estrangeiros. Isso, porém, não significa que a maior parte desse papel ficou com instituições financeiras internacionais, porque fundos de pensão brasileiros podem ter feito compras via bancos estrangeiros.

No mercado secundário de títulos públicos, o volume financeiro médio diário negociado foi de R\$ 13,6 bilhões, 8% menor que em janeiro. Segundo o Tesouro Nacional, a queda em fevereiro foi motivada pela diminuição das transações com papéis públicos corrigidos pela Selic.